



# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL

## **Parecer nº 130/2014-PG**

**Assunto:** Análise do PL 132/2014 que abre crédito adicional especial – R\$ 414 M.

**Referência:** Pedido verbal/ informal do Procurador-Geral.

**Interessado(s):** Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

**Ementa:** Direito Constitucional. Direito Financeiro. Orçamento. Crédito Adicional. Projeto de Lei municipal proveniente do Poder Executivo. Possibilidade. Constitucionalidade.

### **I. Relatório**

1. Trata-se de estudo e parecer jurídico acerca da constitucionalidade e da legalidade (ou não) do PL supra referido.
2. Atendidos os requisitos regimentais, encontra-se a proposição em condições de análise. É o que basta relatar. Passo a fundamentar.

### **II. Fundamentação jurídica**


3. O Projeto de Lei em tela, oriundo do Poder Executivo, visa abrir crédito adicional especial no orçamento do Município.
4. A proposição se apresenta viável sob o ângulo constitucional (art. 167, V da CRFB) e legal (art. 41, II c/c art. 42, 43, § 1º, II e 46 da Lei Federal-Nacional nº 4.320/64).

### **III. Conclusão**

5. Diante da argumentação exposta, quanto ao aspecto jurídico, entendo ser o PL 132/2014 constitucional e legal.

É o parecer que submeto à consideração.

Novo Hamburgo/ RS, 20 de novembro de 2014.

  
**Fernando Mizerski**  
Procurador

